



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

### 2ª VARA DO TRABALHO DE JAÚ – 0055

[ 2001 a 2500 processos ]

Entre os dias 6 e 7 do mês de junho de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 04/2017, republicado em 17/04/2017 no DEJT (Edição 2208/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 1013). Presentes o Juiz Titular MAURICIO DE ALMEIDA e a Juíza Auxiliar Fixa ANANDA TOSTES ISONI. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

<b>Equipe de Correição:</b>	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
<b>Jurisdição Atendida:</b>	BARRA BONITA, JAU, TORRINHA, ITAPUI, MINEIROS DO TIETE, IGARACU DO TIETE, BOCAINA, BROTAS, DOIS CORREGOS
<b>Lei de Criação:</b>	7.729/89
<b>Data de Instalação:</b>	16/02/1990
<b>Data de Instalação do PJE:</b>	09/10/2013
<b>Data da Última Correição:</b>	18/08/2016
<b>Acervo Físico/Acervo Total:</b>	26 %
<b>Acervo PJe/Acervo Total:</b>	74 %



**1 - TITULARIDADE:**

*(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)*

<b>JUIZ TITULAR</b>	<b>TITULAR DESDE</b>
MAURICIO DE ALMEIDA	11/02/2016

**Afastamentos:**

<b>PERÍODO</b>	<b>MOTIVO</b>
13/03/2017 a 11/04/2017	FERIAS



**2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2016 a 29/05/2017]:**

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
ANANDA TOSTES ISONI	17/05/2017 a 29/05/2017

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
PAULO BUENO CORDEIRO DE ALMEIDA PRADO BAUER	07/01/2016 a 19/12/2016
PAULO BUENO CORDEIRO DE ALMEIDA PRADO BAUER	07/01/2017 a 12/03/2017

**Afastamentos:**

<b>PERÍODO</b>	<b>MOTIVO</b>
19/10/2016 a 17/11/2016	FERIAS

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
ROMULO TOZZO TECHIO	13/03/2017 a 11/04/2017
ROMULO TOZZO TECHIO	12/04/2017 a 16/04/2017

**Afastamentos: Não houve**



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.1 - Lotação [30/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
CASSIA MARIA NOGUEIRA PINTO DE MOURA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	29/10/1993
CELSO BARBOSA ROMAO	TJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	26/06/1995
CLEIA MARIA DA LUZ FERRARESE NOGUEIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	14/10/2002
EDMEA AMBROSIO MARTINES	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	16/03/2016
ERICA CRISTINA CASTAN MOSCATTO	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	28/10/2015
JANIA CARVALHO VOLPATO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	01/09/2015
JOSE CARLOS RODRIGUES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	20/03/2002
LUCIANE APARECIDA POLITO	TJA	FC-04 CALCULISTA	21/06/1991
OSVALDO ROVERI JUNIOR	REQ	FC-01 EXECUTANTE	06/06/1997
VALERIA PENA MORENO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	28/04/1994
VERA LUCIA BALDINI	REQ	FC-02 ASSISTENTE	10/03/1998
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>8</b>
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO</b>			<b>3</b>
<b>LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT</b>			<b>15-16</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.2 - Ausências, exceto férias [08/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	3
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.3 - Estagiários [30/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO CONVENIADO</b>	<b>INÍCIO DO ESTÁGIO</b>
JEAN CARLOS MIRANDA ALVES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/07/2016
JONATHAN WILIAM DOS SANTOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/10/2015



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.4 - Ações de capacitação [30/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

<b>JUIZES</b>	<b>HORAS</b>
MAURICIO DE ALMEIDA	38
PAULO BUENO CORDEIRO DE ALMEIDA PRADO BAUER	86

<b>SERVIDORES</b>	<b>HORAS</b>
ERICA CRISTINA CASTAN MOSCATTO	15
VALERIA PENA MORENO	157



#### 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
<b>CONHECIMENTO</b>	Aguardando primeira audiência	908	1.293	820
	Aguardando encerramento da instrução	1.224	858	1.164
	Aguardando prolação de sentença	24	127	22
	Aguardando cumprimento de acordo	433	390	446
	Solucionados pendentes de finalização na fase	3.603	4.115	3.731
	<b>Pendentes de finalização</b>		<b>3.648</b>	<b>4.209</b>
<b>LIQUIDAÇÃO</b>	Pendentes de homologação dos cálculos	400	520	344
	Liquidados pendentes de finalização na fase	196	470	216
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>510</b>	<b>818</b>	<b>484</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	Pendente de extinção da execução	1.523	1.465	1.664
	Encerrados pendentes de finalização na fase	791	691	742
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>1.783</b>	<b>1.597</b>	<b>1.823</b>
<b>ARQUIVO</b>	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	2	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	202	82	107
<b>TOTAL</b>		<b>6.143</b>	<b>6.707</b>	<b>6.178</b>



**5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2016 a 04/2017]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>RESOLVIDOS</b>	<b>PENDENTES</b>
Embargos de declaração	110	110	36
Exceções de Incompetência	14	5	20
Antecipações de Tutela	139	132	22
Impugnações à Sentença de Liquidação	8	3	12
Embargos à Execução	27	13	22
Embargos à Arrematação	0	0	1
Embargos à Adjudicação	0	0	1
Exceções de Pré-Executividade	1	0	2
<b>TOTAIS</b>	<b>299</b>	<b>263</b>	<b>116</b>



**6 - RECURSOS [08/2016 a 04/2017]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>
Recurso Ordinário	370	340	142
Recurso Adesivo	44	22	49
Agravo de petição	21	20	41
Agravo de Instrumento	3	3	14
<b>TOTAIS</b>	<b>438</b>	<b>385</b>	<b>246</b>



## 7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão)

### 7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	400	182	208	178
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.256	260	364	243
<b>Total / Média</b>	<b>1.656</b>	<b>241</b>	<b>325</b>	<b>229</b>

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	398	187	213	180
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.194	270	368	241
<b>Total / Média</b>	<b>1.592</b>	<b>249</b>	<b>328</b>	<b>227</b>

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	142	16	24	9
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	598	28	36	14
<b>Total / Média</b>	<b>740</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>13</b>

### 7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	36	216	272	256
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	144	306	281	377
<b>Total / Média</b>	<b>180</b>	<b>288</b>	<b>279</b>	<b>354</b>

\*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

### 7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	737	2.225	1.715	2.194
Do início ao encerramento da execução - ente público	99	621	1.191	792
<b>Total / Média</b>	<b>836</b>	<b>2.035</b>	<b>1.658</b>	<b>2.012</b>

\*Do início até a extinção da execução

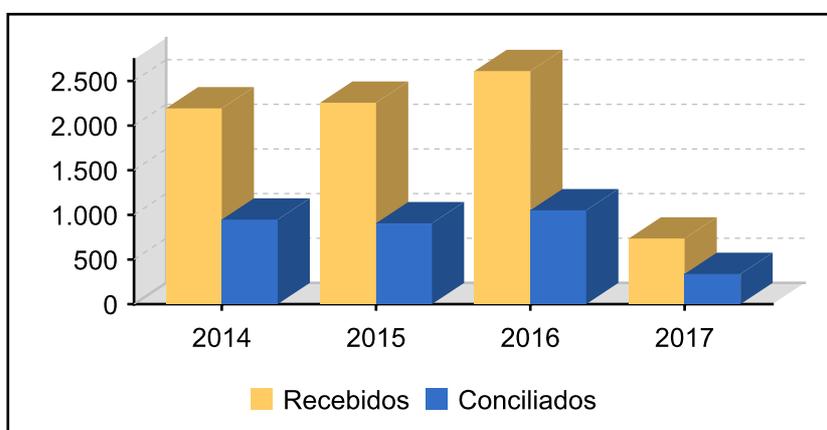


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

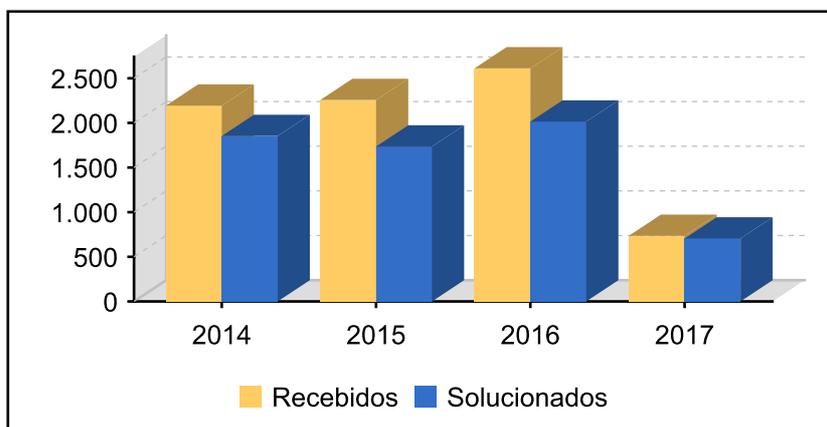
### 8.1 - Índice de conciliações [até 04/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	2.193	947	43,18
2015	2.256	906	40,16
2016	2.611	1.051	40,25
2017	735	338	45,99



### 8.2 - Índice de soluções [até 04/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.193	1.853	84,50
2015	2.256	1.735	76,91
2016	2.611	2.014	77,14
2017	735	705	95,92



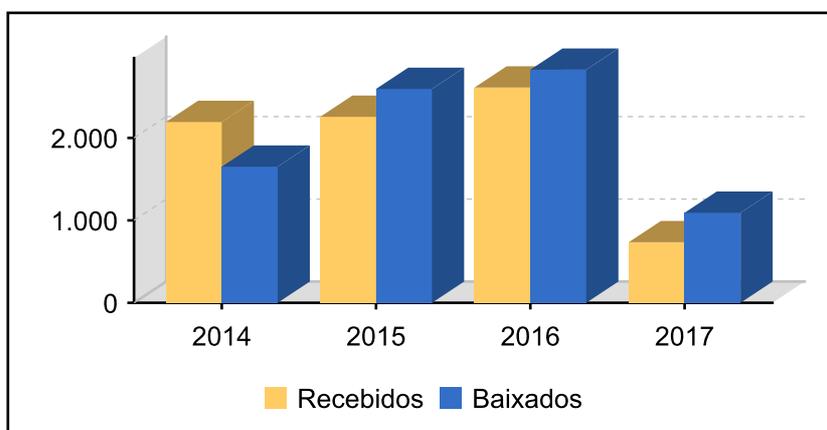


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

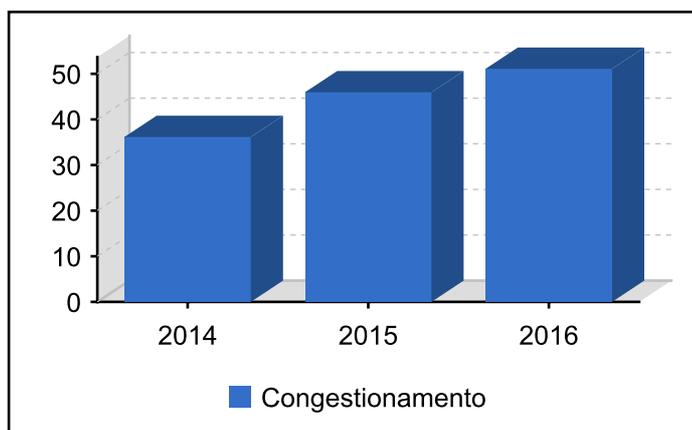
### 8.3 - Índice de baixas [até 04/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	2.193	1.651	75,28
2015	2.256	2.594	114,98
2016	2.611	2.827	108,27
2017	735	1.092	148,57



### 8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	709	2.193	1.853	36,15
2015	954	2.256	1.735	45,95
2016	1.508	2.611	2.014	51,10

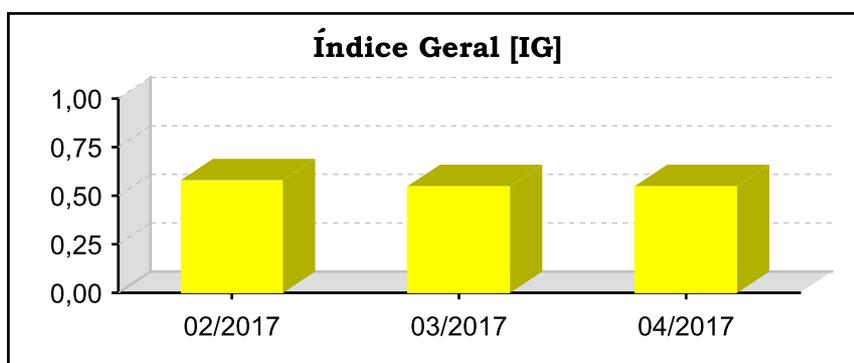
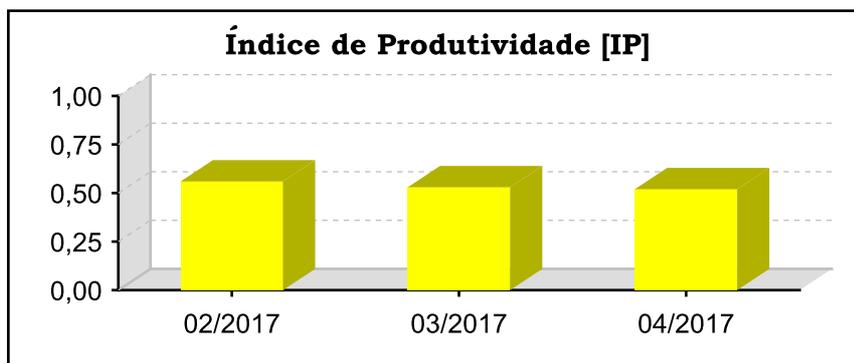
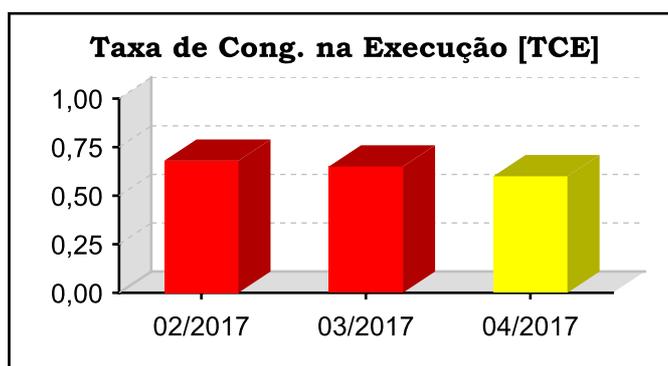
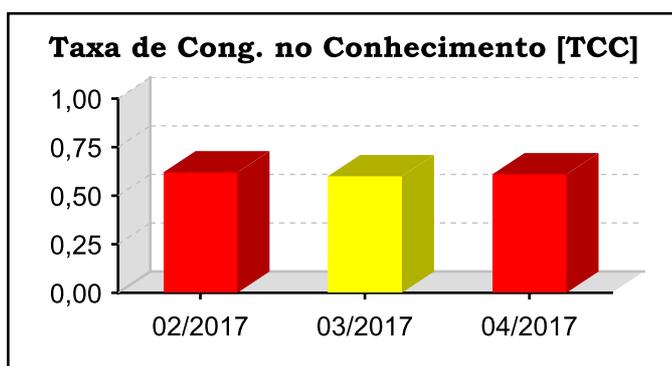




### 9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
02/2017	0,62	0,68	0,56	0,58
03/2017	0,60	0,65	0,53	0,55
04/2017	0,61	0,60	0,52	0,55





### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.104	92,0	54,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	709	59,1	35,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.813	151,1	89,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	414	34,5	20,4
Incidentes Processuais Resolvidos	371	30,9	18,3
Dias-Juiz	608	50,7	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	42.245	71,8	43,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	49.742	84,6	51,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	91.987	156,4	95,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.577	31,6	19,3
Incidentes Processuais Resolvidos	37.249	63,3	38,6
Dias-Juiz	28.943	49,2	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.462	70,5	45,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	143.392	78,1	50,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	272.854	148,6	95,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.896	27,2	17,5
Incidentes Processuais Resolvidos	102.430	55,8	35,9
Dias-Juiz	85.633	46,6	---

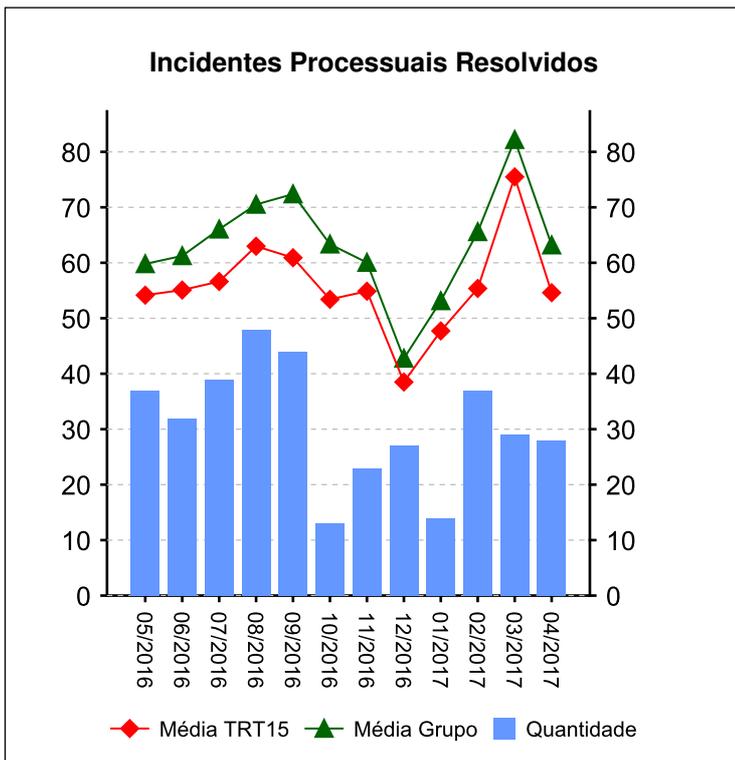
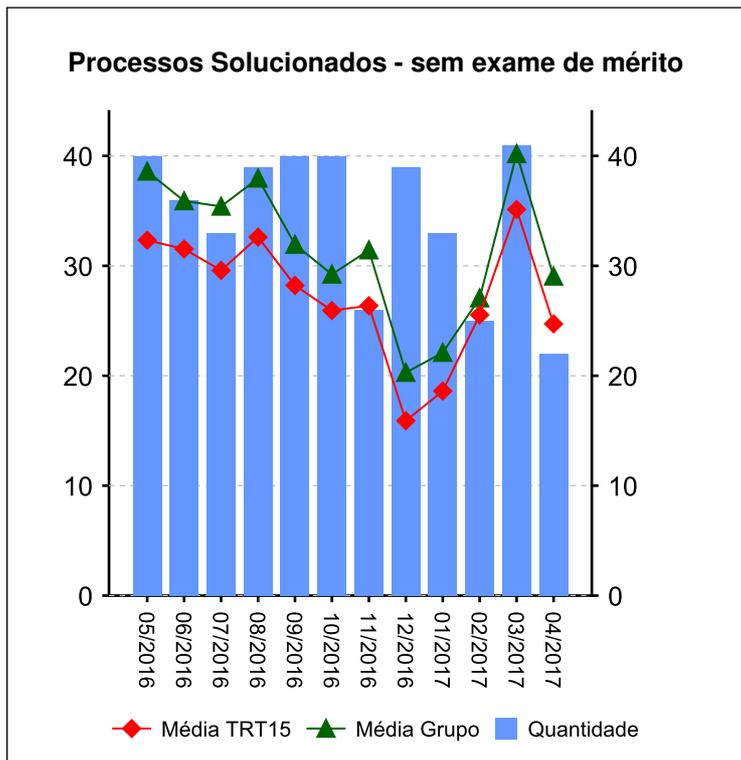
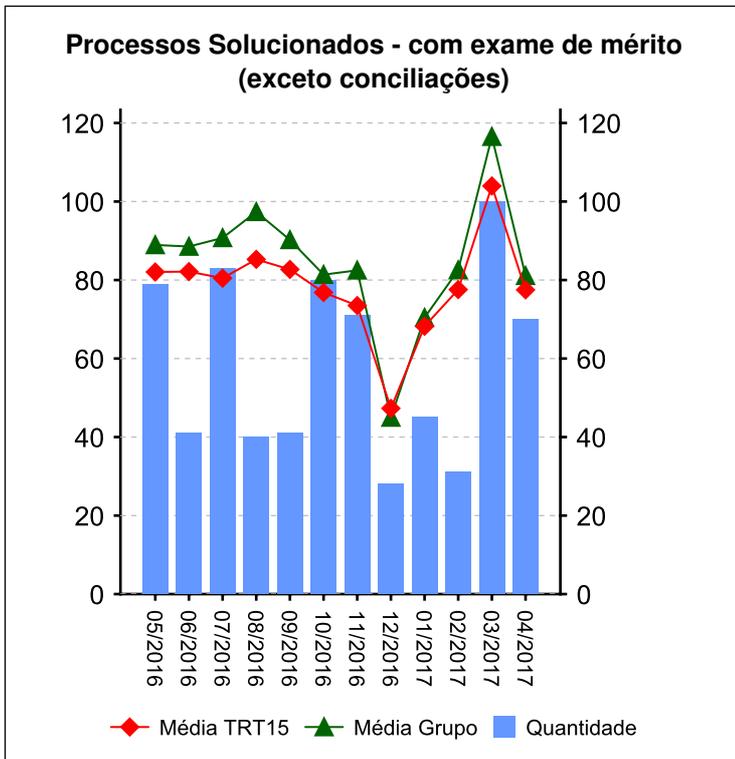
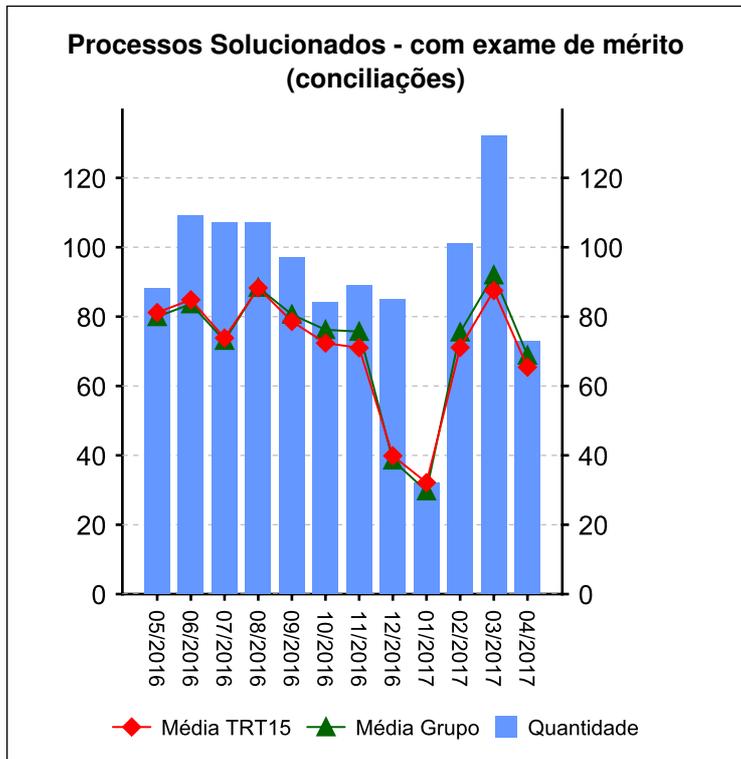
\*Aferição de Resultado Individual Aproximado



**10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [05/2016 a 04/2017]:**

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

**Resumo - Processos**





## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[05/2016 a 04/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	2.137	178,1	105,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	657	54,8	32,4
Sessões de audiência realizadas - una	249	20,8	12,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	196	16,3	9,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	169	14,1	8,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	906	75,5	44,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	365	30,4	18,0
Dias-Juiz	608	50,7	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	40.368	68,7	41,8
Sessões de audiência realizadas - instrução	30.908	52,6	32,0
Sessões de audiência realizadas - una	53.831	93,5	55,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	10.422	17,7	10,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	10.321	17,6	10,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	84.739	144,1	87,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	20.743	35,3	21,5
Dias-Juiz	28.943	49,2	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	119.011	69,8	41,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	92.613	50,4	32,4
Sessões de audiência realizadas - una	152.113	83,9	53,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	32.841	17,9	11,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	32.211	17,5	11,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	244.726	133,3	85,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	65.052	35,4	22,8
Dias-Juiz	85.633	46,6	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

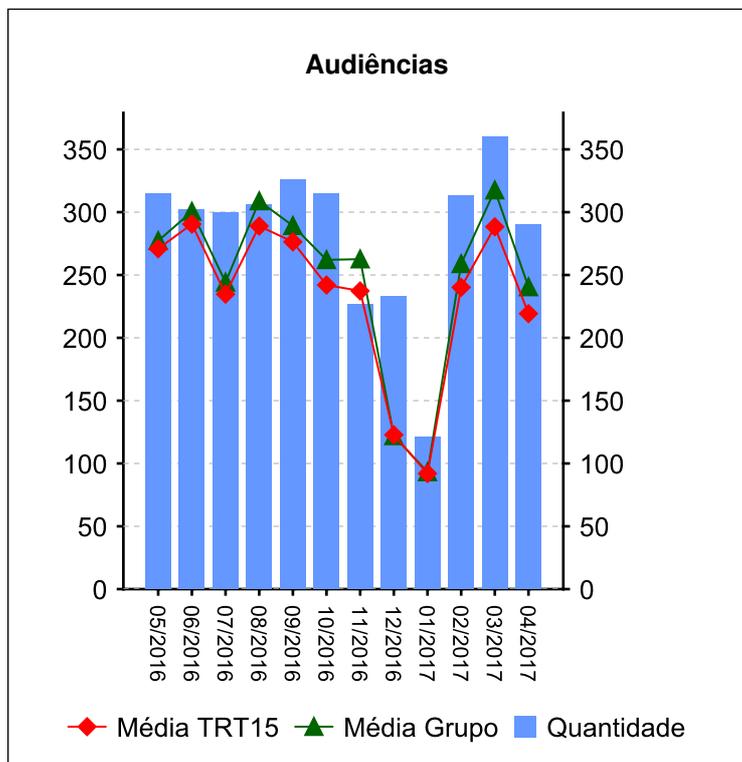


**10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS**

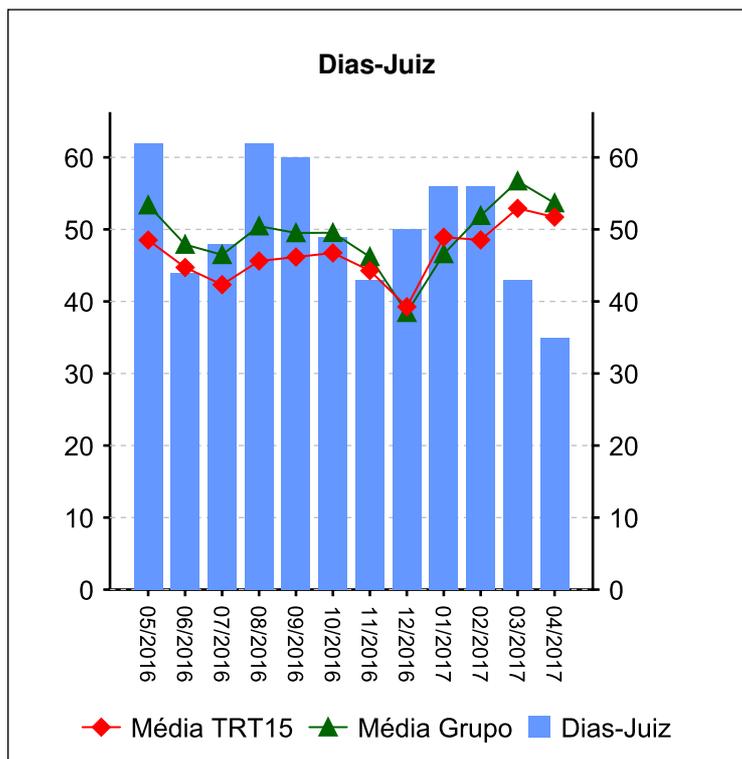
**[05/2016 a 04/2017]:**

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

**Resumo - Audiências**



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
05/2016	7	14	192	68	34	315
06/2016	25	10	187	44	36	302
07/2016	23	13	150	52	62	300
08/2016	8	9	199	79	11	306
09/2016	37	42	131	52	64	326
10/2016	1	3	240	63	8	315
11/2016	11	7	158	50	1	227
12/2016	54	27	101	39	12	233
01/2017	1	14	67	20	19	121
02/2017	14	9	227	63	0	313
03/2017	12	13	264	70	1	360
04/2017	3	8	221	57	1	290
<b>Total</b>	<b>196</b>	<b>169</b>	<b>2137</b>	<b>657</b>	<b>249</b>	<b>3408</b>



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
05/2016	62
06/2016	44
07/2016	48
08/2016	62
09/2016	60
10/2016	49
11/2016	43
12/2016	50
01/2017	56
02/2017	56
03/2017	43
04/2017	35
<b>Média Mensal</b>	<b>50,7</b>



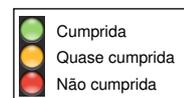
### 11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

#### Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

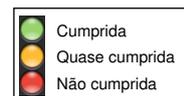
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
2611	2014	597	218	168	77 %



#### Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

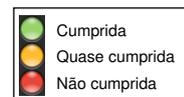
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2193	1974	2212	0	168	61	37 %	100 %



#### Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
643	1100	0	54	92	100 %





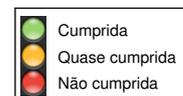
### 11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

#### Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

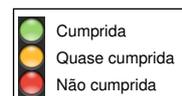
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
3	4	0	0	100 %



#### Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
119	244	117	-9 %





**12 - ARRECADAÇÃO [08/2016 a 04/2017]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>CUSTAS</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>EMOLUMENTOS</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>
R\$ 52.535,11	R\$ 31.109,40	R\$ 0,00	R\$ 709.620,69



**13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 04/2017]:**

*(fonte: e-Gestão)*

<b>ANO</b>	<b>PROCESSOS</b>
2010	1
2011	6
2012	11
2013	18
2014	56
2015	271
2016	1147
2017	646



#### 14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
2.353	2001 a 2500	15-16	11	13

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está abaixo dos parâmetros previstos na referida Portaria.

#### 15 – ACERVO DA UNIDADE:

##### 15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

*(fonte: informação da Unidade e consulta da Secretaria da Corregedoria)*

	PJe*		SAP**
Data de corte:	19/04/2017	Data de corte:	19/04/2017
Saldo:	675	Saldo:	425
Data do mais antigo	01/03/2017	Data do mais antigo	06/04/2015
		<b>Total:</b>	<b>1.100</b>

\*Informação da Unidade em 22/05/2017

\*\*Consulta ao SAP1G em 30/05/2017



## **15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:**

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,55, com pequenas variações nos últimos seis meses (0,51 em 11/2016, chegando a 0,58 em 02/2017).

Observa-se que, enquanto a Taxa de Congestionamento no Conhecimento -TCC se elevou nos últimos meses (chegando a 0,61 em 04/2017), inversamente, a Taxa de Congestionamento na Execução -TCE demonstrou melhora no último relatório (de 0,68 em 02/2017 para 0,60 em 04/2017).

Além disso, registra-se que a Unidade era acompanhada pela Equipe Multidisciplinar desde novembro de 2014, tendo apresentado plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, para desenho do processo de trabalho. Na primeira medição, em janeiro de 2016, apurou-se haver 2.230 processos físicos sem tramitação (SAP1G) e 1.529 processos eletrônicos (PJe1G); no levantamento de fevereiro de 2017 restavam 305 processos físicos e 3 eletrônicos, indicando redução do passivo durante o acompanhamento, ainda que o plano não estivesse plenamente cumprido no prazo previsto (no cálculo do “processômetro” previu-se a data de 18/12/2016 para finalização do plano, conforme a força de trabalho disponível).

As atividades estão relatadas no Pedido de Providências 286-67.2014.5.15.0899, cuja tramitação foi posteriormente migrada ao PROAD (PP nº 4126/2016).

## **16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):**

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

**16.1** – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011344-



77.2014.5.15.0055, 0010694-59.2016.5.15.0055 e 0011126-78.2016.5.15.0055;

**16.2** – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 30/05/2017, verificou-se a existência de 665 protocolos nos últimos 12 meses, com 84 pendências, a mais antiga desde 09/03/2016) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0000358-35.2012.5.15.0055, 0012051-45.2014.5.15.0055 e 0001253-59.2013.5.15.0055);

**16.3** – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0064500-87.2008.5.15.0055 e 0000942-68.2013.5.15.0055;

**16.4** – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

**16.5** – há audiências designadas em 4 dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 29/05/2017 a 31/10/2017;

**16.6** – inclui na pauta de audiências de conciliação alguns processos na fase de execução – foram realizadas 169 no período de 05/2016 a 04/2017;

**16.7** – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA, embora haja cadastro do Juiz Titular, informou-se ainda não ser utilizado o convênio.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.



## **17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:**

A Unidade apresenta índice de 0,60 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 2ª Vara do Trabalho de Jaú apresenta 60% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 50,7 dias-juiz nos últimos doze meses, ligeiramente superior à média do grupo (49,2).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (RARIA 54,5) superior à média de referido grupo (RARIA 43,8). No entanto, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês foi de 35,0 (RARIA), enquanto a média do grupo foi de 51,6.

Além disso, em comparação com os resultados obtidos na última correição, verifica-se pequena elevação prazos médios do ajuizamento até a sentença (de 228 para 249 dias), e novamente a Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) não foram atingidas, com 77% de cumprimento em 2016 (item 11), mesmo percentual do ano anterior.

No mais, também se verifica pelos índices apresentados na tabela 8.2 (Índice de soluções) que deixaram de ser solucionados:

- 339 processos em 2014;
- 520 processos em 2015 e;
- 596 processos em 2016.

Ou seja, ao final de um triênio, o resíduo soma 1455 processos que representa mais da metade da média trienal de processos recebidos. Significa dizer que em três anos de distribuição, um ano e meio de distribuição não é solucionado. Nesse aspecto, determina-se que sejam adotadas providências para solucionar uma quantidade maior de processos visando a redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença e, conseqüentemente, a taxa de congestionamento no conhecimento.



## 18 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJe realizada em 30/05/2017, às 14h40, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	13/07/2017	39	44
UNAS	23/11/2017	0	177
INSTRUÇÕES	27/03/2018	114	301
CONCILIAÇÃO/CON	27/06/2017	-	28
CONCILIAÇÃO/EXE	27/06/2017	-	28

*Obs. Foi informado pela Unidade que processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta para primeira audiência antes da realização da perícia. Por outro lado, feitos que envolvam Órgãos Públicos são excluídos de pauta (que é automatizada).*

### 18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

#### 18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	0	16	6	1	0	23
	tarde	0	0	0	0	0	0
terça	manhã	0	16	6	2	0	24
	tarde	0	0	0	0	0	0
quarta	manhã	0	16	6	1	0	23
	tarde	0	0	0	0	0	0
quinta	manhã	0	16	4	2	0	22
	tarde	0	0	0	0	0	0
sexta	manhã	0	0	0	0	0	0
	tarde	0	0	0	0	0	0

#### 18.1.2 – JUIZ AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	0	16	4	1	0	21
	tarde	0	0	0	0	0	0



terça	manhã	0	16	4	2	0	22
	tarde	0	0	0	0	0	0
quarta	manhã	0	16	4	1	0	21
	tarde	0	0	0	0	0	0
quinta	manhã	0	16	4	2	0	22
	tarde	0	0	0	0	0	0
sexta	manhã	0	0	0	0	0	0
	tarde	0	0	0	0	0	0

### **18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:**

A gestora informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação na fase de conhecimento e execução, sendo que, recentemente, audiências iniciais e de conciliação na execução passaram a ocorrer em sala separada daquela em que se realizam as audiências de instrução. Conclui que com a medida foi possível aumentar o número de instruções diárias.

Além disso, apontou a existência de servidores no Fórum capacitados para realização das mediações (Renoaldo Francisco Kazmarek Filho – Coordenador da Central de Mandados e Cesar Eduardo Gasparotto – executante da distribuição) – CEJUSC.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o Jurisdicionado.

### **18.3 – ANÁLISE:**

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 04/2017, realizou menor média de audiências unas e de instrução (44,7 – RARIA) se comparada ao seu grupo (87,8 -RARIA), bem como ao TRT (85,7), de acordo com os atuais critérios adotados.

Verificou-se que do total de 3.408 audiências realizadas nos últimos doze meses 2.137 foram do tipo inicial, enquanto 657 audiências de instrução e 249 unas no mesmo período.

Além disso, há audiências de instrução até 27/03/2018 (e ainda 114 processos



aguardando o agendamento desse tipo de audiência). Assim, determina-se que o magistrado da Unidade, no prazo de quinze (15) dias, a partir da data da publicação da presente ata, apresente plano de ação com o objetivo de trazer essa pauta de audiências para seis (06) meses, conferindo maior celeridade à tramitação dos feitos.

Registra-se que a pauta é automática e a Coordenadoria realiza todas as audiências do tipo inicial, no formato “Mediação/INI”, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia, se o caso.

## **19 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15**

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017. No entanto, em pesquisa por amostragem, verificou-se a retirada de processos por motivo de erro no cadastro (exemplificativamente, processo 0110400-35.2004.5.15.0055 retirado hasta nº 11/2016, pelo motivo “no auto de penhora constam dois imóveis e não apenas um imóvel como cadastrado”), indicando lançamento incorretos no sistema em prejuízo à celeridade dos atos executórios.

## **20 – RECOMENDAÇÕES:**

**20.1** – considerando a divisão dos servidores em equipes prevista no inciso IX do art. 2º da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 para melhor gestão da Unidade, recomenda-se que essa divisão de equipes seja proporcional ao acervo de cada fase, evitando-se, entretanto, que apenas um servidor seja responsável por uma fase, contando ao menos com um substituto;

**20.2** – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.



## **21 – DETERMINAÇÕES:**

**21.1** – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para [pfing.regressivas@agu.gov.br](mailto:pfing.regressivas@agu.gov.br) e [regressivas@tst.jus.br](mailto:regressivas@tst.jus.br), nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial ([sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) e [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br)), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

**21.2** – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

**21.3** – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

**21.4** – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

**21.5** – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 1 do CNJ (julgar mais processos que os distribuídos no ano) e a Meta 5 da JT (reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014), com “77%” e “-9%” de cumprimento, respectivamente;

**21.6** – incluir na divisão das equipes o servidor José Carlos Rodrigues, conforme estabelece a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012;

**21.7** – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

**21.8** – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G;

**21.9** – velar diariamente para que em caso de bloqueio efetivado via BACENJUD haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio;



**21.10** – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim zelando pela celeridade processual e bom atendimento ao jurisdicionado;

**21.11** – apresentar, no prazo de quinze (15) dias, a partir da data da publicação da presente ata, plano de ação com o objetivo de trazer a pauta de audiências de instrução para seis (06) meses;

**21.12** – adotar providências para solucionar uma quantidade maior de processos.

## 22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0011166-60.2016.5.15.0055	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando laudo pericial – 2017 04 Abril 1ª Quinzena” desde 10/03/2017. No entanto, verifica-se já haver laudo desde dezembro de 2016, sem impugnação das partes por esclarecimentos – segundo o último despacho (09/03/2017), não havendo pedido de esclarecimentos o feito deveria seguir concluso para julgamento em 5 dias, encerrando-se a instrução processual.	Dar prosseguimento ao feito, com a imediata conclusão sempre que o processo estiver apto a julgamento. Semelhante o 0010604-22.2014.5.15.0055 – Processo eletrônico na tarefa “Aguardando término dos prazos”. No último despacho (de 26/01/2017) foram concedidos 5 dias para manifestação das partes após esclarecimentos do perito, após o que o feito deveria seguir concluso. Dar prosseguimento ao feito nos termos previstos.
2	0012403-66.2015.5.15.0055	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando audiência”, mas com acordo homologado e integralmente satisfeito na audiência de 08/07/2016.	Intensificar a gestão para que apenas permaneçam na tarefa os feitos que realmente aguardam audiência. 0010658-80.2017.5.15.0055 – Processo eletrônico com alerta de tramitação prioritária na tarefa “Aguardando audiência”, mas com acordo homologado na audiência de 09/05/2017 (previsão de cumprimento em parcela única no dia útil seguinte ao da homologação). Na fase de liquidação também ocorre: 0010431-95.2014.5.15.0055 -audiência com acordo em 09/05/2017.
3	0001656-62.2012.5.15.0055	Processo na variável 151 do e-gestão (embargos à execução pendentes com o Juiz), com última ocorrência “LNS – lançamento de solução realizada” desde 29/03/2017.	Tramitar o feito, conferindo transparência ao andamento processual – ocorrência “LNS” à qual deveriam se seguir os respectivos registros e atos em conformidade com a solução lançada, conforme Ofício Circular nº 01/2016. Exemplificativamente, última ocorrência “LNS” no 1656-62.2012.5.15.0055 (também com EE pendente); 36100-34.2006.5.15.0055 (LNS desde



			29/04/2015) e no 0000256-50.2011.5.15.0151 (excluído de pauta desde 13/01/2016 e pendente na variável 60 do e-gestão – aguardando primeira sessão de audiência) e na Meta 2 do CNJ, o qual deve ser priorizado.
4	0212900-82.2004.5.15.0055	Na variável 66 do e-gestão (aguardando cumprimento de acordo), com última ocorrência “RMA” desde 03/05/2007, sem anterior lançamento de arquivamento.	Regularizar os lançamentos para baixa do feito.
5	0001392-11.2013.5.15.0055	Na variável 342 do e-gestão (processos pendentes na fase de conhecimento), com última ocorrência “DES – despacho” desde 17/04/2017.	Tramitar o feito com efetividade, após a ocorrência “DES”, meramente informativa e intermediária, conferindo transparência ao iter procedimental.
6	0234300-70.1995.5.15.0055	Na variável 342 do e-gestão (processos pendentes na fase de conhecimento), com última ocorrência “EXA – autos extraviados” desde 14/11/2011, sem indicação de restauração.	Regularizar os lançamentos para a retomada do fluxo processual.
7	0000373-67.2013.5.15.0055	Na variável 342 do e-gestão (processos pendentes na fase de conhecimento), com última ocorrência “RCJ- recebido para prosseguir” desde 20/02/2017.	Tramitar o feito, pela retomada do fluxo processual. Em situação semelhante, porém, na fase de liquidação, o 279-90.2011, desde 31/01/2017.
8	0001299-82.2012.5.15.0055	Na variável 346 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de liquidação), com última ocorrência “DES – despacho” desde 18/09/2015.	Tramitar o feito, cumprindo-se o determinado no último despacho (liberação de valores). Exemplificativamente, em situação semelhante, porém, na fase de execução, o 66300-55.2002.5.15.0055, com ocorrência “DES” desde 31/07/2015
9	0000304-35.2013.5.15.0055	Na variável 346 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de liquidação), com última ocorrência “PZO- prazo” desde 27/07/2015 (vencimento em 07/08/2015 para manifestação do perito).	Intensificar o controle de prazos vencidos em casos semelhantes, para retomada do fluxo processual.
10	0143900-29.2003.5.15.0055	Na variável 346 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de liquidação), com última ocorrência “RMJ- remessa ao TRT” desde 31/07/2007.	Diligenciar quanto a regular tramitação do recurso.
11	0040700-98.2006.5.15.0055	Na variável 353 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de execução), com última ocorrência “AAM – arquivado aguardando manifestação” desde 14/05/2008.	Analisar o arquivamento do feito.
12	0108000-72.2009.5.15.0055	Na variável 353 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de execução), com última ocorrência “AEX- audiência em execução”	Audiência designada para o dia 04/05/2017 – ainda sem notícia da realização. Regularizar o trâmite processual.
13	0225900-18.2005.5.15.0055	Na variável 353 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de execução), com última ocorrência “ALO- anulada a ocorrência EEN” desde 12/09/2013.	Regularizar o trâmite processual e respectivos lançamentos.



14	0076300-59.2001.5.15.0055	Na variável 353 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de execução), com última ocorrência “BDT- registrada exclusão de dados” desde 06/10/2016.	Regularizar os lançamentos conferindo transparência aos prazos eventualmente aguardados. Também em ocorrência intermediária, exemplificativamente, o 382-97.2011.5.15.0055, com ocorrência “DCA- devolução de carga” desde 27/04/2017.
15	0001448-44.2013.5.15.0055	Na variável 353 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de execução), com última ocorrência “DEX- expedido mandado” desde 14/12/2016.	Tramitar o feito, regularizando os lançamentos.
16	0001887-60.2010.5.15.0055	Na variável 353 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de execução), com última ocorrência “EXE – execução” desde 14/01/2016.	Regularizar a tramitação processual e respectivos lançamentos.
17	0000437-14.2012.5.15.0055	Na variável 353 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de execução), com última ocorrência “RCE- recebido em execução” desde 08/11/2016.	Tramitar o feito, retomando o fluxo processual. Em situação semelhante, na ocorrência “RCJ – recebido para prosseguir” desde 23/11/2015 o 23900-73.1998.5.15.0055.
18	0001100-36.2007.5.15.0055	Na variável 353 do e-gestão (processos pendentes de finalização na fase de execução), com última ocorrência “ROJ – remetido ao oficial de justiça” desde 03/07/2015.	Analisar o cumprimento da diligência, regularizando os lançamentos para prosseguimento do feito. Em situação semelhante o 0142700-74.2009.5.15.0055, exemplificativamente, desde 03/06/2015. Por sua vez, o 1327-16.2013 encontra-se com ocorrência “ROS – remetido do oficial à secretaria” desde 29/09/2016.
19	0054000-64.2005.5.15.0055	Na variável 150 do e-gestão (embargos à execução pendentes), desde a juntada da petição em 14/06/2016. Aparentemente há análise de EE em despacho de 23/06/2016, no entanto, sem registro de solução.	Regularizar os lançamentos processuais para baixa do incidente.

## 23 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores agrupados de acordo com a fase processual em que atuam para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

### a) Fase de Conhecimento

Constata-se na Unidade que a pauta é automática e todos os processos são incluídos na pauta de mediação/INI, essa, realizada na Coordenadoria Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados (CIA) de Jaú, salvo, por exemplo, as ações de consignação e pagamento, as exceções de incompetência, quando a audiência é presidida pelo juiz auxiliar fixado na Unidade. A pauta da Unidade assim se conforma:



- de segunda a quinta-feira: 16 audiências de mediação/INI, por dia, realizadas pela CIA;
- de segunda a quinta-feira: por semana, total de 22 e 16 audiências de instrução, em quatro dias, juiz titular e juíza auxiliar, respectivamente;
- juiz titular e juíza auxiliar se alternam, semanalmente, na presidência das audiências de instrução realizadas, o que resulta na realização de 44 audiências de instrução, pelo juiz titular, e 32, pela juíza auxiliar, no período de cerca de 22 dias úteis.

Exceções de Incompetência. Considerando constar vinte (20) incidentes desta natureza pendentes de solução, constata-se que pode ter sido matéria solucionada em audiência, sem o devido registro no sistema, tratando-se, portanto de inconsistências que merecem o devido saneamento para reduzir o impacto no MGD, ainda que seja de menor relevância.

Anotação de CTPS. Recomenda-se que, nas sentenças, já conste que após o trânsito em julgado, o reclamante deverá apresentar a CTPS, diretamente, para a reclamada, que efetuará as anotações pertinentes.

Controle de perícia. Constata-se que a produção da prova pericial, praticamente, não depende mais da atuação da equipe, salvo quanto a apreciar o laudo e as impugnações e avaliar se ele deve complementar o laudo, intimando-o para esse fim, bem como, alertando que as partes devem acompanhar a juntada dos esclarecimentos. O depósito prévio de honorários periciais ocorre nos autos do processo e, assim, a liberação depende da expedição de guia de retirada. Visto isto, a Corregedoria, ainda, insiste na adoção da prática, assim sugerida:

Primeiramente, cabe ao perito acompanhar suas nomeações e demais decorrências, uma vez que tem amplo acesso à designação, bastando a consulta em painel próprio, conforme consta do Manual do Perito no sítio do CSJT ([https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual\\_Perito](https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual_Perito)). Esse procedimento consiste em, na posse da agenda do perito, o juízo fixar as datas da perícia, do laudo (observado prazo razoável de exequibilidade), das impugnações e de eventuais esclarecimentos, e o perito e as partes se comunicarem entre si, por meio de seus endereços eletrônicos, para apresentação da prova pericial, somente, após sua conclusão efetiva. Na falta da agenda do perito, caberá a ele informar as partes da data da perícia, mantido os demais procedimentos mencionados.

A Corregedoria reitera a adoção da prática de depósito direto dos honorários prévios na conta bancária do perito, seja porque esse procedimento dispensa a presença do



perito na Unidade para retirar a guia de levantamento e trata-se de procedimento que não tem provocado incidentes nas demais unidades, demonstrando, ao contrário, bons resultados. Lembra, ainda, que o honorário é prévio e, assim, sua liberação não deve ocorrer somente com a entrega do laudo ou prolação da sentença.

Constata-se que a designação da audiência de instrução decorre da análise da petição inicial.

Notificação eletrônica não é adotada pela Unidade.

### **b) Fase de Liquidação**

A equipe é integrada por um servidor e um estagiário somente.

Constata-se que os processos baixados pelo Tribunal têm designação de audiência para tentativa de conciliação, com concessão de 10 dias para a reclamada apresentar cálculos e depositar o valor incontroverso; após, 10 dias sucessivos para o reclamante se manifestar. Em caso de ente público e revelia, a notificação é expedida para o reclamante, com a subsequente homologação de seus cálculos. Essas audiências são realizadas pelo magistrado da Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Bauru (CGC de Bauru).

É reiterado com a equipe o prosseguimento e, eventual saneamento dos processos constantes nos itens 16.3 e 22 acima.

### **c) Fase de Execução**

Foram realizadas reuniões com os servidores da Coordenadoria Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados (CIA) de Jaú, com os Oficiais de Justiça, com a coordenadora da CIA e as equipes da fase de execução de ambas as unidades do fórum de Jaú.

Constata-se que o elevado número de protocolos decorre de informações das instituições financeiras, dando notícia do levantamento de valores e da transferência das contribuições sociais aos órgãos correspondentes. De qualquer forma, verifica-se que a migração de processos para o PJe ensejou grande redução de protocolos físicos.

Diante de bem indivisível em que o devedor tem a propriedade de apenas uma fração, a parametrização local determina a penhora da integralidade do bem, o que deve constar do mandado de penhora desde já. Esse procedimento visa a não fragmentação de atos, que é prejudicial à razoável duração do processo, pois, segundo se constata, a não menção da penhora da integralidade do bem no mandado tem demandado despacho posterior do magistrado.



Preenchimento do anexo rascunho/anotações no EXE15. Constatou-se que os oficiais de justiça não fazem uso do rascunho no EXE15 e comprometem-se a fazê-lo desde já. A Corregedoria reitera que esta sistemática de trabalho está prevista na O.S. nº 05/2016- CR, item III, 'c', segundo o qual, o detalhamento das pesquisas e de outras diligências realizadas, bem assim a localização de bens que não interessem à execução em razão de parametrização local ou ainda, outras informações relevantes ao redirecionamento dos atos executórios, deverão ser registrados em documento anexo à certidão negativa, com extensão “pdf”, que será juntado sob a rubrica “arquivo” no sistema EXE-15, com o título “Rascunho/Anotações”. Este anexo tem caráter meramente informativo e objetiva a troca de informações entre os Grupos Internos de Execução das Varas e os Oficiais de Justiça, sendo vedada sua juntada aos autos bem assim que sirva de referência em decisões judiciais.

Ao GIE cabe, ao receberem a certidão negativa do executado, consultar o arquivo inserido no sistema, para fins de redirecionamento/prosseguimento da execução.

A Corregedoria reitera, ainda, que os Oficiais de Justiça podem e devem devolver mandados repetitivos, assim como, os GIE das Unidades podem e devem deixar a cargo dos Oficiais de Justiça a decisão sobre qual bem deve recair a penhora, caso seja trazido mais de uma matrícula imobiliária para penhora, segundo a parametrização local.

Penhora de bem em outro estado da Federação. Decidido pela penhora do bem, será expedido ofício para o cartório de imóveis, solicitando informações sobre o bem para aperfeiçoamento ou não da penhora.

Lembra a Corregedoria que o registro de quitação de RPV é dependente de no SAP1G registrar-se “RPV quitada”, no campo “Valores”.

Alerta-se às equipes de execução, sobretudo da 1ª Vara, que o registro de prazo “0” (zero) nos expedientes implica a não remessa automática do processo à subcaixa de prazo vencido. Assim, o procedimento deve ser abandonado.

Ocorrências ROJ. Recomenda-se o lançamento da ocorrência ROS para dar a correta localização do processo para os consulentes externos (partes e advogados, por exemplo).

Notificação eletrônica tem a concordância dos magistrados das Unidades, contudo não é adotada devidamente por elas. A Corregedoria sugere a prática da notificação eletrônica, sobretudo, para as iniciais, aproveitando-se das audiências para fazer o convite às empresas para adesão e concessão de aceite expresso, bem como, valendo-se dos oficiais de justiça para a estimular. Registra-se que os endereços eletrônicos e aceites obtidos pelos oficiais de justiça devem ser compartilhados com a Unidade, a quem compete



realizar a notificação inicial não pessoal. Aos oficiais de justiça compete realizar as notificações, apenas, de caráter pessoal, notadamente, porque trata-se de sua atuação prioritária a realização de pesquisa patrimonial e atos subsequentes.

Quanto aos documentos que devem acompanhar a notificação e intimação eletrônica, a Corregedoria esclarece e orienta que seja gerada a chave de acesso correspondente a eles, valendo-se da anexação do expediente de “Certidão”, modelo “Certidão – Gerador de Hash”, que atende, plenamente, a essa necessidade. Quanto à comprovação de recebimento da notificação eletrônica, sugere-se a anexação do “print” do envio, sem, necessariamente, anexação de certidão ou, ainda, que a confirmação de recebimento seja armazenada em pasta própria e consultada, se diante da alegação de que não houve o recebimento da mensagem eletrônica.

#### **d) Diretores de Secretaria e Assistentes**

Junto aos diretores e seus assistentes das duas unidades do Fórum, foram reiterados os seguintes tópicos:

- penhora de bem indivisível, em face de propriedade de fração. Constata-se que a parametrização local já não é decisão comum do Fórum, o que requer novas reuniões para a definir;
- definida a questão acima - penhora da integralidade do bem, mesmo que a propriedade sobre o imóvel seja fracionada, se assim parametrizado - fazer constar do mandado de penhora, a fim de evitar a fragmentação de tarefas, como constatado no item anterior;
- notificação eletrônica, reiterando a relevância dos oficiais de justiça para atuarem na pesquisa patrimonial e conseqüente sucesso da execução;
- Controle de perícias na 2ª Vara;
- Anotação de CTPS. Assistentes de juiz para constar na sentença, após o trânsito, apresentar direto na reclamada.

#### **24 – VISITAS E ATENDIMENTOS:**

Compareceu a Sra. Maria Polônio Martinez, reclamante no proc. 0089100-32.1995.5.15.0055, pleiteando uma solução para a arrematação.



## **25 – OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**25.1** – O MM. Juiz Titular Maurício de Almeida reside na jurisdição.

**25.2** – A MM<sup>a</sup>. Juíza Substituta Auxiliar Fixa Ananda Tostes Isoni reside na sede da circunscrição.

**25.3** – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

**25.4** – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4126/2016.

## **26 – ENCERRAMENTO:**

No dia 07 de junho de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.